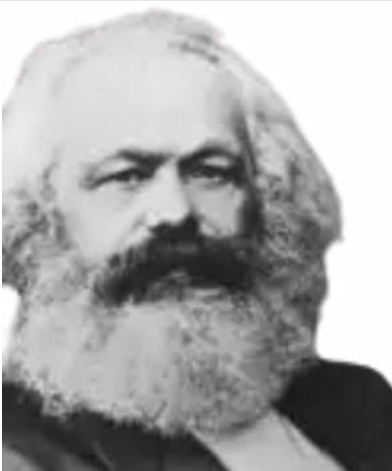




DCO

QUARTA-FEIRA



Raposas e galinhas festejam a democracia

Tribunais eleitorais e a mais alta corte judicial unem-se para controlar o cacarejo nas redes e punir quem quiser cantar de galo no terreiro da burguesia.

LEIA NA PÁGINA A2

Petro, Boric e a “esquerda” imperialista no poder

LEIA NA PÁGINA B1

Sim, o PCO quer o fim de todas as polícias

LEIA NA PÁGINA B2

CORRENTE SINDICAL NACIONAL CAUSA OPERÁRIA

CONTATOS:
(11) 98344-0068
(11) 996617-6178
(11) 98567-5847

Rumo à Revolução

Começa hoje o XI Congresso Nacional do Partido da Causa Operária

Evento ocorre até o próximo domingo (14) e será encerrado com uma manifestação pública na Avenida Paulista, em defesa do PCO contra os ataques do STF

Redação da Editoria de Política DCO

Durante os próximos quatro dias vai transcorrer o XI Congresso Nacional do Partido da Causa Operária. O Partido da luta pela liberdade de Lula, pelo Fora Bolsonaro, pelo fim do STF. Ao contrário dos partidos viciados do jogo eleitoral

o PCO não funciona de cima para baixo, sendo este congresso um exemplo de grande porte do funcionamento de um partido revolucionário. Democracia operária, de fato.

O momento político é particularmente importante no panorama internacional e no que se refere ao próprio PCO. Após uma série de campanhas acertadas, onde o

PCO atuou com clareza em meio à confusão generalizada da esquerda, o Partido observou um crescimento significativo nos seus quadros. Ao mesmo tempo, uma onda de ataques veio à tona para tentar silenciar as políticas expressadas pelo Partido, campanha que culminou na censura imposta pelo Supremo Tribunal Federal.

LEIA NA PÁGINA A3



Arte de divulgação do XI Congresso Nacional do PCO, que ocorre em São Paulo-SP. - Foto: Reprodução

11 de agosto: a esquerda não pode cair na armadilha da 3ª via

Neste 11 de agosto, ocorrerão atos no Brasil todo “em nome da democracia”. As manifestações surgiram como continuação da chamada Carta Pela Democracia, um documento fabricado pela Fiesp e pela Febraban amplamente impulsionado pela imprensa burguesa. Entretanto, apesar disso, a esmagadora maioria da esquerda nacional comparecerá aos atos.

Em primeiro lugar, é preciso caracterizar toda essa mobilização. No momento, a burguesia tenta emplacar eleitoralmente a terceira via. Para tal, precisam tirar de seu caminho dois adversários que ocupam primeiro e segundo lugar nas pesquisas: Lula e Bolsonaro.

Para tal, criou-se a fábula de que Bolsonaro representa um grave

perigo às instituições democráticas brasileiras. Logo, a burguesia fabricou uma luta que, em primeiro lugar, tem como objetivo defender órgãos como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mesmo Bolsonaro não fazendo absolutamente nada de concreto contra elas.

LEIA NA PÁGINA A2

Eleições 2022

Candidato ao Senado: “o PCO não vai abaixar a cabeça ao STF”

Em mais um episódio da série de entrevistas relativas às eleições de 2022, o DCO entrevistou Expedito Mendonça, candidato ao Senado pelo Partido da Causa Operária no Distrito Federal. Servidor público, Expedito comenta sobre a situação dos serviços públicos após o golpe, além da atual política dos governos golpistas de privatização massiva.

LEIA NA PÁGINA A4

O que o TSE quer esconder? Os eleitores não podem acessar os arquivos de eleições passadas?

Nessa segunda-feira, 8, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou uma solicitação de Paulo Sérgio Oliveira, Ministro da Defesa, de ter acesso aos documentos relacionados às eleições ocorridas em 2014 e 2018, as quais, como as outras anteriores, tiveram denúncias de fraude. O Ministro Edson Fachin, presidente do TSE, negou

esse pedido alegando que os prazos para tal acesso se encerraram respectivamente nos anos de 2015 e 2019, não cabendo ainda às Forças Armadas, ou a qualquer membro externo, atuar como fiscalizador das eleições. Segundo o documento emitido pelo tribunal...

LEIA NA PÁGINA B1



A tecnologia no antidemocrático processo eleitoral brasileiro não impede a manipulação da burguesia. – Foto: Reprodução

EDITORIAIS



11 de agosto: a esquerda não pode cair na armadilha da 3ª via

Neste 11 de agosto, ocorrerão atos no Brasil todo “em nome da democracia”. As manifestações surgiram como continuação da chamada Carta Pela Democracia, um documento fabricado pela Fiesp e pela Febraban amplamente impulsionado pela imprensa burguesa. Entretanto, apesar disso, a esmagadora maioria da esquerda nacional comparecerá aos atos. Em primeiro lugar, é preciso caracterizar toda essa mobilização. No momento, a burguesia tenta emplacar eleitoralmente a terceira via. Para tal, precisam tirar de seu caminho dois adversários que ocupam primeiro e segundo lugar nas pesquisas: Lula e Bolsonaro. Para tal, criou-se a fábula de que Bolsonaro representa um grave perigo às instituições democráticas

brasileiras. Logo, a burguesia fabricou uma luta que, em primeiro lugar, tem como objetivo defender órgãos como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mesmo Bolsonaro não fazendo absolutamente nada de concreto contra elas. Isso se dá justamente porque esses tribunais vêm se consagrando como pilar fundamental do golpe de Estado no Brasil. Afinal – e é preciso lembrar –, foram eles os responsáveis por legitimar, no sentido jurídico, o *impeachment* de Dilma e a prisão de Lula. Por conseguinte, a própria eleição de Bolsonaro que eles agora dizem combater. A luta “pela democracia” vem nesse sentido, para fortalecer as instituições do golpe e facilitar um golpe em nome da terceira via por meio de qualquer acusação farfesa contra Lula e Bolsonaro. É o

que ocorreu, em 2018, com a campanha do “Ele Não”. Foi uma palavra de ordem, também engendrada pela imprensa capitalista, que serviu para transferir a luta da esquerda pela liberdade de Lula ao deixar em aberto quem seria o candidato senão “Ele” (Bolsonaro). Fica claro, então, que a luta abstrata pela democracia não é uma pauta da esquerda e dos trabalhadores, mas sim uma forma da burguesia enganar o povo. Consequentemente, os atos de hoje vão no mesmo sentido. A esquerda não pode ficar, mais uma vez, à reboque da burguesia em prol da terceira via. A CUT, que está convocando os atos, não deve participar dessa farsa. Assim como deveria ter sido em 2018, a mobilização popular precisa girar em torno da luta por Lula Presidente. Essa sim é uma forma de combater

o golpe no País e eleger Lula. Finalmente, a luta dos trabalhadores não pode incluir a burguesia, pois é, por definição, uma luta contra ela. Não há dúvidas, nesse sentido, de que em um eventual segundo turno entre Lula e Bolsonaro, os mesmos setores da direita que hoje se colocam “pela democracia”, apoiarão Bolsonaro. A luta deles é contra Lula, e não o contrário. A luta da esquerda deve ser independente da burguesia. É preciso convocar gigantescas mobilizações por Lula presidente, e não participar dos atos da terceira via. No fim, o povo não precisa da burguesia, pois tem toda a força necessária para travar uma batalha incansável contra a direita nas ruas. Afinal, são os trabalhadores que movem o mundo, também podem fazê-lo parar.



BLOGS E COLUNAS

Ascânio Rubi

Raposas e galinhas festejam a democracia

Democracia é uma daquelas palavras que, como paz, amor, solidariedade ou sensatez, são sempre tidas como a expressão de valores indiscutivelmente positivos. A paz seria sempre melhor que a guerra, como o amor é melhor que o ódio, a solidariedade é superior ao egoísmo, a sensatez é superior à falta de juízo e a democracia é superior à ditadura. Basta acionar qualquer uma dessas palavras para obtermos o imediato consenso entre galinhas e raposas de toda a “sociedade civil”. Galinhas e raposas, em nome da sensatez e do amor ao próximo, esquecem suas *pequenas diferenças* e se propõem a um conagraamento público em torno da leitura e do endosso coletivo de uma carta de apoio às instituições democráticas. Afinal, essas instituições é que garantem “a democracia”. As raposas, como são mais intelectualizadas que a maioria das galinhas e, além de terem um vocabulário mais sofisticado que o cocoricó delas, gozam de iniciativa e espírito empreendedor, tomaram para

si a tarefa de redigir a carta. Nada mais justo. As galinhas, muito assustadas com o perigo de um golpe de Estado que as raposas, por meio de sua imprensa, vêm vaticinando, correram à internet para dar sua assinatura digital de apoio à carta, afinal sempre ouviram dizer que a união faz a força. As raposas conseguiram convencer todo o galinheiro de que o sistema de urnas eletrônicas do Brasil é tão seguro que nem precisa de comprovante auditável. Algumas galinhas, porém, vêm cacarejando às escondidas porque ainda não estão totalmente convencidas disso – afinal, se o Brasil é ruim em tudo, por que seria tão bom só nessa tecnologia? Galinhas universitárias, por sua vez, antenadas com a mais moderna bibliografia importada de Harvard e especializadas em análise do discurso, asseguram que levantar essa discussão é uma estratégia discursiva do espantalho para questionar o resultado das eleições e justificar um golpe de Estado. Assim, pôr em dúvida a qualidade do sistema brasileiro de urnas eletrônicas é uma atitude

“negacionista”, enquanto defendê-la, isto sim, é defender a democracia, que, como se vê, se define apenas na oposição à ditadura. Para garantir que as galinhas desconfiadas mantenham o bico fechado, as redes sociais estão monitorando todo e qualquer coricó que se assemelhe a “teorias da conspiração” contra as urnas. Raposas, em suas agências de checagem, aliam-se aos tribunais eleitorais e à mais alta instância judicial do país para controlar o cacarejo nas redes e punir exemplarmente quem quiser cantar de galo no terreiro da burguesia. Quem não tiver a memória curta vai lembrar que certa raposa do PSDB, conhecida pelo nome de Aécio Neves, diante da derrota nas urnas para Dilma Rousseff, pediu recontagem de votos. Os técnicos não chegaram a uma conclusão porque, em suma, não há como auditar o sistema, mas a imprensa vulpina deu pouca atenção a esse pormenor. Apenas revelou, com insistência, que o resultado estava correto. Será que a imprensa das raposas fez isso para defender a eleição da representante das galinhas? Só uma galinha identitária

com pós-doutorado em universidade dos Estados Unidos e leitora da Folha de São Paulo poderia considerar essa hipótese. Basta lembrar o que se seguiu a esse episódio, rapidamente abafado: o plano B entrou em ação. A imprensa das raposas fez uma intensa campanha contra o PT, e as raposas escolheram um pato amarelo de banheira como símbolo de sua campanha anticorrupção, acionando a expressão popular “pagar o pato”. O que veio depois foi a ação conjunta de todas as raposas a conduzir uma boa parte das galinhas, pois era preciso fazer parecer que as próprias galinhas queriam tirar do poder a sua representante eleita. Com sua proverbial astúcia, as raposas conseguiram seu intento. De lá para cá, a imprensa não fala mais em corrupção, essa coisa de pobre quando chega ao poder. As leis trabalhistas, que garantiam alguns direitos conquistados com muita luta por galinhas de gerações passadas, sofreram grande “modernização” sob o governo de uma ave de rapina que fez o trabalho para as raposas. Galinhas folgadas que processarem as raposas

que não cumprem os poucos direitos que lhes sobraram correrão o risco de perder a causa e, mesmo desempregadas, terem de arcar com as custas do processo. As galinhas, muito sensatas, preferem não processar as raposas, que têm ótimos escritórios de advocacia, capazes de defendê-las de qualquer coisa. As raposas, aliás, não têm vergonha nenhuma de morar em palácio e pagar salário mínimo para a galinha que faz a faxina. No mais, galinhas que não estiverem plenamente satisfeitas com as regras do jogo poderão ser em-

preendedoras nas favelas onde moram, montando uma barraquinha para vender bolo com café, ou comprar uma bolsa do iFood e entrar numa justa e meritória competição entre si para conseguir fazer entrega de comida na casa das raposas. Se a raposa estiver com muita fome e papar o entregador, paciência. Ossinhos do ofício. Ainda assim, as galinhas são convocadas a defender as “regras do jogo”. Em suma, não existe união possível entre raposas e galinhas sem que estas estejam a reboque daquelas. Infelizmente, não será

com discurso de paz, amor e sensatez que a esquerda vai conseguir algum avanço. Emular o discurso da burguesia não sendo burguesia é a maior das tolices, típica da esquerda pequeno-burguesa. O povo tem de saber reconhecer seu inimigo – e, com toda a certeza, nem por hipótese estará na mesma trincheira da burguesia. Os analistas de discurso deveriam saber que não existe uma “terceira” via. Esse sim é um artifício discursivo. Existem dois lados, trabalho e capital. O capital pode inventar quantos subtipos e “vias” desejar, mas o trabalhador é sem-

pre a parte explorada. É lamentável que a esquerda pequeno-burguesa esteja tornando o Lula um refém das políticas de contenção que o imperialismo tão bem ensina nas suas universidades, sequiosas de receber em suas luxuosas instalações os estudantes da periferia do mundo. Estes, orgulhosos de seus diplomas estrangeiros, voltam a seus países propalando a mensagem do Tio Sam, embalada em discursos identitários e ambientalistas. Lula tem de ser o representante do povo brasileiro, não um embaixador das políticas imperialistas.

ESCOLHA DOS EDITORES

Rumo à Revolução

Começa hoje o XI Congresso Nacional do Partido da Causa Operária

Evento ocorre até o próximo domingo (14) e será encerrado com uma manifestação pública na Avenida Paulista, em defesa do PCO contra os ataques do STF



Arte de divulgação do XI Congresso Nacional do PCO, que ocorre em São Paulo-SP. - Foto: Reprodução

Durante os próximos quatro dias vai transcorrer o XI Congresso Nacional do Partido da Causa Operária. O Partido da luta pela liberdade de Lula, pelo Fora Bolsonaro, pelo fim do STF. Ao contrário dos partidos viciados do jogo eleitoral o PCO não funciona de cima para baixo, sendo este congresso um exemplo de grande porte do funcionamento de um partido revolucionário. Democracia operária, de fato. O momento político é particularmente importante no panorama internacional e no que se refere ao próprio PCO. Após uma série de campanhas acertadas, onde o PCO atuou com clareza em meio à con-

fusão generalizada da esquerda, o Partido observou um crescimento significativo nos seus quadros. Ao mesmo tempo, uma onda de ataques veio à tona para tentar silenciar as políticas expressadas pelo Partido, campanha que culminou na censura imposta pelo Supremo Tribunal Federal. O sucesso do Partido de mesmo pequeno tornar-se um agente relevante na situação política tem como base essa atividade intensa e esclarecida da sua base, que participa da construção da política do PCO. Não é por acaso que a formação política é uma preocupação central do Partido, que organiza cursos com regularidade para instrumentalizar sua militância.

O Congresso Nacional que começa hoje é fruto de um enorme trabalho prévio, como explica João Vitor: “Os militantes estão se organizando a partir da Conferência Estadual. A Conferência Estadual elegeu os delegados, então são as primeiras pessoas que já estão confirmadas a comparecer ao Congresso. A partir daí o pessoal está fazendo reuniões locais para organizar a caravana local ou as viagens para cá, como é o caso do pessoal do Norte”. Um trabalho puramente militante, que depende do protagonismo daqueles que constroem o Partido. Sem o financiamento de ONGs imperialistas, os militantes do PCO realizam campanhas financeiras

incessantemente, contanto com o apoio de simpatizantes da política do Partido. Um trabalho árduo e que garante a independência da atuação do Partido em relação à burguesia. Enquanto isso, nos outros partidos, é fácil observar a promiscuidade com a qual são feitas e desfeitas alianças eleitorais, com a qual as legendas são alugadas e abandonadas por figuras patrocinados pela burguesia, muitas vezes, pela burguesia estrangeira. Partidos que se apresentam como “à esquerda do PT” formando federação com partidos de direita, comprometendo o que teriam de política esquerdista apenas para buscar um benefício eleitoral imediato. O companheiro Antônio Carlos, pré-candidato a senador em São Paulo e organizador do Congresso, citou como exemplo do funcionamento partidário comum a formação da chapa Lula-Alckmin: “Cito como exemplo a escolha do candidato a vice-presidente de Lula na chapa para a presidência, decisão tomada por seus dirigentes, em notória contrariedade às bases do PT”. E se isso ocorre em partidos da esquerda, vale pontuar que na direita o conjunto de decisões é tomado por ainda menos pessoas e, em geral, não existe nem o trabalho de empurrar essas decisões goela abaixo da militância, pois esta simplesmente não existe. Começa hoje! Não fique de fora da construção do partido revolucionário no Brasil. Entre em contato com a Secretaria de Organização do PCO para somar forças através do telefone (11) 99741-0436.

ELEIÇÕES

Eleições 2022

Candidato ao Senado: "o PCO não vai abaixar a cabeça ao STF"

Militante do PCO há 40 anos e servidor público federal, Expedito Mendonça comenta sobre assuntos como a privatização e o Inquérito das Fake News

Em mais um episódio da série de entrevistas relativas às **eleições de 2022**, o **Diário Causa Operária** entrevistou Expedito Mendonça, **candidato ao Senado** pelo Partido da Causa Operária (PCO) no Distrito Federal. Servidor público, Expedito comenta sobre a situação dos serviços públicos após o golpe, bem como a atual política dos governos golpistas de privatização massiva.

Confira a entrevista logo abaixo. Você também pode assistir a entrevista na íntegra publicada no [YouTube](#).

Diário Causa Operária: pode começar contando para gente um pouco sobre a sua história tanto profissional, quanto militante?

Expedito Mendonça: eu sou servidor público federal concursado. Entrei no concurso de 1981, quando ainda existia concurso para serviço público, algo que vem sendo erradicado como resultado das políticas neoliberais que liquidaram o serviço público.

Ingressei na militância no ano de 1983, na corrente política Causa Operária, que na época fazia parte do Partido dos Trabalhadores. No mesmo ano, iniciei a minha atividade política sindical participando do Movimento dos Servidores Públicos que na época não tinha sindicalização. Nós construímos um núcleo de base que foi, digamos assim, o embrião do sindicato. Era apenas uma comissão chamada Comissão Pró-entidade de Base dos Servidores Públicos Federais.

Eu vou completar agora em novembro 62 anos de idade e, ano que vem, completo 40 anos de militância política como militante Trotskista na Causa Operária.

DCO: você comentou sobre os ataques aos serviços públicos, o que mais você pode falar sobre isso?

EM: a evolução da luta política dentro do serviço público federal basicamente teve um desenvolvimento e um impulso a partir da criação dos sindicatos como resultado da Constituição de 1988. Antes, o setor público era impedido de se sindicalizar e, através do movimento de base que mencionei anteriormente, nós conseguimos a inclusão na CF do direito à sindicalização dos servidores públicos.

De lá para cá, atravessamos uma luta intensa. Tivemos o governo Collor, que foi o início dos ataques contra os servidores públicos. Muitos órgãos foram extintos, muitos funcionários não aguentaram a pressão e se suicidaram em decorrência desses ataques. Depois, veio a era FHC de um ataque gigantesco contra a cate-



Confira mais uma entrevista concedida ao DCO. – Foto: Reprodução

goria. Foram liquidados uma série de direitos e conquistas, o governo FHC desencadeou uma ofensiva gigantesca contra servidores públicos. Então, tivemos o governo Lula, onde o sindicato teve um espaço maior de diálogo como os governos populares de esquerda, mas as conquistas foram muito aquém daquilo que a categoria imaginava que fosse possível conquistar com um governo de esquerda. No governo da Dilma, nós tivemos uma greve em 2012 porque não houve um acordo na mesa de negociação. Mas as conquistas foram muito pequenas também.

Em 2016, com o governo Temer, essas conquistas foram simplesmente liquidadas, ele acabou de jogar a pá de cal em cima da categoria. Houve o avanço da terceirização, demissões, extinção de órgãos, rebaixamento salarial, congelamento dos salários etc. Hoje a situação é uma situação muito difícil para a categoria dos servidores públicos.

Esse ano foi um ano de luta, tivemos um movimento reivindicando 19,99% de reposição somente dos 3 anos do governo Bolsonaro, mas essa situação ainda não se resolveu. Finalmente, o governo Bolsonaro deu continuidade a essa política toda anterior de ataque contra os direitos e conquistas da categoria.

DCO: com o golpe, vimos uma grande quantidade de empresas públicas entregues ao capital estrangeiro. Mais recentemente, talvez o caso mais alarmante, tivemos a privatização da Eletrobrás, que foi vendida à preço de banana. Como vocês enxergam essa questão das privatizações?

EM: uma das marcas dos governos neoliberais é o ataque às empresas públicas. Temos na mira das privatizações os Correios, a Petrobrás, a

Eletrobrás que já foi privatizada, entre outras. Ou seja, existe todo um plano do governo Bolsonaro-Guedes no sentido de levar adiante um programa muito agressivo de privatizações e de liquidação, praticamente extinguindo o servidor público federal enquanto trabalhador do serviço público estável e com direitos trabalhistas. A política deles é substituir tudo isso por mão de obra terceirizada, por concursos temporários e outras formas de contratação que, segundo eles, não onere o Estado.

Paralelo a isso, temos a liquidação do Sistema Único de Saúde (SUS), que é um dos mais importantes do mundo. O SUS não permitiu, por exemplo, que houvesse um registro de mortes ainda maior na pandemia mesmo com todas as precariedades e dificuldades do sistema. O mesmo está acontecendo nas universidades, que não têm orçamento nem mesmo para as despesas correntes.

Por uma série de contradições, o governo Bolsonaro não conseguiu levar adiante privatizações importantes, como por exemplo do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Petrobrás, dos Correios e de outras estatais. Todavia, o que vem acontecendo dentro dessas empresas é uma privatização por dentro, com a redução de pessoal, o corte de orçamento, a retirada de direitos dos servidores etc. Na prática, é uma privatização sem que você tenha que passar pela votação dentro de um Congresso ou algo do tipo.

Agora, temos outro problema. O governo Bolsonaro-Paulo Guedes pode não ter conseguido levar adiante essas privatizações, mas esse é o programa da terceira via. Se eles entrarem no poder, vão fazer uma devastação *muito* superior a essa que o Bolsonaro tentou fazer.

DCO: falando um pouco agora sobre as eleições. Você está saindo como candidato para o Senado. O que você pode falar para gente sobre essa candidatura?

EM: em Brasília, aconteceu um fenômeno nessas eleições: a principal força de esquerda na cidade, como em muitas outras localidades, é o PT, que costuma revezar o poder com a direita tradicional. Entretanto, nessas eleições, por conta dos acordos nacionais que ele fez para viabilizar a federação da qual faz parte, o PT renunciou a seu papel de oposição nessas eleições.

Ou seja, não temos nenhuma oposição verdadeiramente de esquerda aqui. Enquanto isso, toda a direita mais ligada a Bolsonaro está se unindo por meio da candidatura do Ibaneis, que é o atual Governador.

A candidatura do Partido da Causa Operária, não só a minha, como **a de Governador** e de demais cargos, é a única alternativa verdadeiramente de esquerda na cidade. O restante é uma esquerda confusa, ou que está emblocada nessa aliança nacional, ou que considera que o que houve contra o Lula não foi golpe, como é o caso do PSTU.

Estamos apresentando as nossas candidaturas como candidaturas verdadeiramente de esquerda para se opor e levar uma campanha classista, de denúncia, de luta e de mobilização dos trabalhadores. Vamos fazer uma campanha direcionada para colocar em movimento a luta social de massas aqui na capital, e é nesse sentido que eu estou me apresentando como candidato ao Senado pelo PCO.

DCO: nós estamos acompanhando toda essa situação em relação aos ataques que o PCO vem sofrendo por parte do STF, com a inclusão do Partido no Inquérito das Fake News. O que você pode nos falar acerca dessa situação? Em que pé está esse processo e como isso vai se relacionar com as eleições?

EM: através de uma decisão monocrática, arbitrária e inconstitucional, o ministro Alexandre de Moraes basicamente cancelou a imprensa digital do PCO às vésperas das eleições. É uma coisa da maior gravidade, nem mesmo na ditadura existia uma coisa tão afrontosa do ponto de vista de ataque às liberdades democráticas no País. O problema não é, inclusive, apenas no STF. O ministro Alexandre de Moraes também encaminhou uma denúncia para o TSE. Deve ficar claro que a tentativa de silenciar o PCO é uma prova cabal de que nós somos uma força política que incomoda, e a decisão de tentar nos silenciar é justamente porque nós somos uma voz dissonante de toda essa baboseira que a esquerda vem falando. Esse processo só pode ser barrado com a luta que nós estamos fazendo, e não vamos abaixar a cabeça.

O Partido também vai aproveitar as eleições para continuar a campanha de denúncia vigorosa, contundente, das arbitrariedades da justiça contra um partido político legal, contra um partido político que tem a sua vida cotidiana marcada pela luta. No fim, “opinião não é crime” – que é o *slogan* de nossa campanha –, crime de opinião não existe e não pode existir. A liberdade de opinião e manifestação está consagrada na Constituição, e ela só pode ser uma manifestação democrática de liberdade se ela for irrestrita.

Política

O que o TSE quer esconder? Os eleitores não podem acessar os arquivos de eleições passadas?

Houve denúncias de fraude nas eleições de 2014 e de 2018, mas Edson Fachin diz que não se pode mais fiscalizar eleições passadas...

Nessa segunda-feira, 8, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou uma solicitação de Paulo Sérgio Oliveira, Ministro da Defesa, de ter acesso aos documentos relacionados às eleições ocorridas em 2014 e 2018, as quais, como as outras anteriores, tiveram denúncias de fraude. O Ministro Edson Fachin, presidente do TSE, negou esse pedido alegando que os prazos para tal acesso se encerraram respectivamente nos anos de 2015 e 2019, não cabendo ainda às Forças Armadas, ou a qualquer membro externo, atuar como fiscalizador das eleições. Segundo o documento emitido pelo tribunal, *“As entidades fiscalizadoras do processo eleitoral, nos termos da Resolução nº 23.673, de 2021, não possuem poderes de análise e fiscalização de eleições passadas, não lhes cumprindo papel de controle externo do TSE”*. Para reiterar a decisão que põe fim ao direito democrático de apurar qualquer eleição, por qualquer cidadão ou entidade coletiva, em nota à imprensa o tribunal afirmou que *“alguns pedidos foram indeferidos em razão da intempestividade da solicitação,*

uma vez que as regras atinentes aos pleitos passados estão expressas em resoluções que regulamentaram as Eleições de 2014 e 2018, inclusive com prazo limite para a apresentação de demandas específicas”. Esse episódio protagonizado por Edson Fachin e o tribunal levanta diversas suspeitas, além de prejudicar a normalidade do que seria um (falso) Estado democrático de direito, tão alardeado por essa burguesia que não estabelece democracia nenhuma na sociedade, senão ditadura velada e escancarada, sobretudo agora nessa crise. Ninguém poderá mais questionar o processo eleitoral ou a lisura e inviolabilidade das urnas eletrônicas. Sabemos que esse sistema eletrônico brasileiro é elogiado por vários países, mas nenhum deles segue esse sistema, pois certamente sabem que qualquer sistema nessa área pode ser invadido. Qual seria a forma menos corrupta para realizar uma eleição? O sistema tradicional impresso? Nenhum deles será cem por cento seguro, mas o que o Partido da Causa Operária (PCO) defende é a maior quantidade possível de auditoria realizada pelo povo, o que não acontece com esse sistema de urnas ele-



A tecnologia no antidemocrático processo eleitoral brasileiro não impede a manipulação da burguesia. – Foto: Reprodução

trônicas, administrado sobretudo pela burguesia, que quer controlar o regime político para manter sua ditadura em vigor na sociedade. Não queremos militares tomando exclusivamente conta de eleição nenhuma, pois eles, em 2018, pressionaram de forma golpista o Supremo Tribunal Federal e colaboraram para a manutenção da prisão de Lula e a armação das eleições de 2018, cuja manipulação que deu a vitória a Jair Bolso-

naro(PL) jogou o país nesse abismo político, econômico e social arrasador. Qualquer cidadão ou associação tem o direito de questionar ou auditar as urnas, para que de fato o processo seja democrático e controlado pelo povo, de quem deve emanar o poder. Impedir qualquer democratização da auditoria das urnas e do processo eleitoral(o qual já é bastante antidemocrático) como um todo levará muitas suspeitas.

INTERNACIONAL

Petro, Boric e a “esquerda” imperialista no poder

O governo de direita encabeçado pelo Ivan Duque foi bastante obediente as ordens dadas pelos EUA, porém foi bastante desgastado pela crise econômica. Esse desgaste deu espaço ao primeiro presidente de esquerda da Colômbia, Gustavo Petro. Embora ele foi guerrilheiro e acenou reestabelecer relações com a Venezuela, o governo dele está em boa parte infiltrado pelo imperialismo e as grandes mídias corporativas não tem criticado ele. Isso pode indicar que o novo presidente colombiano não é um empecilho

para o domínio do imperialismo na Colômbia, mas sim conta com seu apoio. Em seguida podemos analisar o perfil dos ministros anunciados por Gustavo Petro:

- **[Interior]:** Alfonso Prada, mão direita do Gustavo, entrou na política através do partido Liberal, depois participou da Alianza Verde e por fim está no **Partido de la Unión por la Gente**, que também é liberal;
- **[Fazenda]:** José Antonio Ocampo, visão **liberal**, professor da Universidade de Columbia (Es-

tados Unidos), um economista, já foi ministro da fazenda e da agricultura na Colômbia e trabalhou na ONU de 2003 a 2007;

- **[Habitação]:** Catalina Velasco Campuzano, sem informação sobre sua filiação ou visão política;
- **[Justiça]:** Néstor Iván Osuna, próximo do **partido Liberal**, Justiça, independência e luta contra a corrupção;
- **[Chanceler]:** Álvaro Leyva Durán, do **partido Conservador**, já foi ministro das Minas e Energia

e negociador da paz com as FARCS em 2016;

- **[Agricultura]:** Cecilia López Montaña, **partido Liberal Colombiano**, já foi ministra do ambiente e do planejamento;
- **[Educação]:** Alejandro Gaviria, **liberal**, pesquisador do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Escritor, economista e engenheiro e ex-ministro da saúde no governo do expresidente Juan Manuel Santos;
- **[Saúde e Social]:** Carolina Cor-

cho Mejia, sem informação sobre sua filiação política, médica e presidente da ONG Corporación Latinoamericana Sur, foi integrante de la Comisión de Seguimiento de la Sentencia T-760 por una Reforma Estructural del Sistema de Salud;

– **[Cultura]:** Patricia Ariza Flórez, filiada a **partido de esquerda Unión Patriótica**, diretora de teatro;

– **[Esporte]:** María Isabel Urrutia, sem informação sobre sua filiação ou visão política, campeã olímpica em levantamento de peso;

– **[Minas e Energia]:** Irene Vélez, sem informação sobre sua filiação, filósofa e geógrafa, trabalhará com a política de descarbonização e ecologia;

– **[Trabalho]:** Gloria Inés Ramírez, **partido Comunista Colombiano**, professora de matemática, foi presidente de la Federación Colombiana de Trabajadores de la Educación (FE-CODE) e integrante do comite executivo da Central Unitaria de Trabajadores (CUT);

– **[Defesa]:** Iván Velasquez Gómez, sem informação sobre sua

filiação política, advogado, trabalhou como magistrado auxiliar na Corte Suprema de Justicia;

– **[Comércio, Industria e Turismo]:** Germán Umaña Mendoza, **partido de esquerda Unión Patriótica**, economista e engenheiro industrial. Teve um irmão assassinado por um comando paramilitar de direita em 1998. Este comando combateu as FARC;

– **[Transporte]:** Guillermo Reyes González, **partido Conservador Colombiano**, foi vice ministro de justiça e ministro conselheiro da embaixada de Colombia na ONU;

– **[Informação e Comunicação]:** Mery Gutiérrez, sem informação sobre sua filiação política;

Atráves de uma breve pesquisa no Wikipédia pelos nomes dos novos ministros do governo do Gustavo Petro, 7 dos 16 ministros são de partidos de direita liberal ou conservador, no qual alguns já foram ministros para antigos presidentes de direita. E 6 dos 16 não tem sua filiação políticas declarada no wikipédia e podem ser de direita ou esquerda. E apenas 3 dos 16 ministros são declarados de partido de esquer-

da. E Irene Vélez, embora não tenha sua filiação, tem a política de descarbonização, que soa bastante pró-imperialista. Portanto, o ministério de Gustavo Petro é pelo menos metade de direita, com um potencial de boa parte dos ministros sem filiação serem de direita também.

Petro prometeu zerar a fome no país, diminuir a desigualdade, fazer uma reforma tributária e implementar realmente o acordo de paz, e por fim voltar com as relações com a Venezuela. Porém com um ministério lotado de liberais e conservador, principalmente o da fazenda, a política do Petro será um reformismo super barato e fuleiro. Ele fala bem, mas fortes indícios de ser discurso demagogo. Pois é impossível com um ministério desses criar condições favoráveis para uma política voltado para o povo e não para o mercado.

E o mais escandaloso é a questão do identitarismo. Petro tem como vice uma mulher negra chamada Francia Márquez. Ela tem uma história de lutas principalmente contra mineração e faz parte do partido Soy Porque Somos, que pode ser classificado como esquerda social-democrata identitária. Ela atraiu votos dos jovens e dos negros, porém ela está apenas para propagan-

da. Com um ministro da fazenda liberal, portanto completamente subordinado ao grande capital, o governo de Petro não será capaz de melhorar a vida dos mais pobres e dos negros. Então resta apenas cooptar uma pouca quantidade de negros para servir de propaganda identitária.

Sem considerar, que Samantha Power pessoa à frente da USAID, organismo ianque voltado para a desestabilização de regimes soberanos no mundo, esteve presente na cerimônia de posse de Petro, o que pode significar não só que o governo já inicia sob a ameaça de instabilidades internas como também pode ser utilizado como cavalo de troia, através do discurso de aproximação com a Venezuela, para infiltrar instabilidades no país vizinho. Portanto Petro é uma mistura de Haddad com FHC colombiano. Dizem que ele é o primeiro presidente de esquerda a ser eleito no país, mas ele é uma esquerda tipo o Boric, totalmente identitária, com um ministério de direita e fortes ligações com o imperialismo. Então nada indica que Petro será uma esquerda socialista, contra o imperialismo, soberano na economia voltado para o povo e que dará suporte para Cuba e Venezuela em seus programas bolivarianos.

Sim, o PCO quer o fim de todas as polícias

NEGROS

Apenas a organização popular é a chave para que possamos superar o problema das policias. E nesse sentido, a atual crise que vivemos aponta para uma solução que resultará de conflitos entre as classes e pessoas, nos quais tais organizações de pessoas terão uma atuação fundamental e sendo assim, devemos ter em mente que esse órgão repressivo da burguesia, seja o civil, seja o militar, está mais do que programado para atuar nesses conflitos, pois é o papel essencial desse organismo, reprimindo, prendendo e matando, nada diferente do que já faz atualmente, mas que pode assumir um caráter cada vez mais macabro e violento, a medida que a situação escape do controle burguês e esta classe passe a atuar para conter o avanço revolucionário. Logo, Somos contra a polícia como a instituição autoritária a favor da burguesia. Contra todos os órgãos atuais ligados a esta instituição assassina, a nível nacional. Não podemos fazer tal qual setores da esquerda parlamentar e/ou pequeno-burguesa que atuam maquiando a situação, que atuam no intuito de disfarçar aos olhos da população proletária e pobre (os que de facto sofrem com cães, apanhando e sendo chacinados constantemente nas mãos das policias Brasil a fora) os crimes violentos que a polícia burguesa propaga e de que é peça fundamental. Tal esquerda esquece-se que ela mesma pode cair vítima da perseguição e cancelamen-

to na base da violência desse grupo, que já, desde a Ditadura assumiu um caráter de repressão abertamente fascista. Logo, atuam de maneira míope (sem visão alguma) para com o caso e para com os trabalhadores. Diferentemente desses grupos de esquerda (reúne aqui interesseiros e oportunistas fisiológicos, bem como uma enorme gama e fauna política que vai do PT ao PCB), nós da Causa Operária, ou seja dos trabalhadores de facto, somos contra a polícia e qualquer politica que disfarce seu caráter autoritário. Temos como exemplo de nossa política a cerca do tema, o recente debate organizado pela Rede Bandeirantes (Band) de Televisão ao cargo de Governador do Estado do Paraná, realizado na semana passada (ver link do twitter contendo o vídeo em anexo) em que nosso candidato, o companheiro Adriano Teixeira deixou mais do que clara a nossa posição a favor do fim da Polícia, seja ela qual for. O companheiro de 35 anos, militante do Partido desde 2016, e que faz parte do nosso coletivo de negros (população que é a que mais sofre diariamente com a repressão policial, por justamente comporem em grandes números a classe dos trabalhadores brasileiros) João Candido, enfatizou no programa (ao meio de engravatados e representantes burgueses) a necessidade do fim desse organismo, e sobre o nosso programa. Um debate com a população precisa ser realizado em caráter de urgência, para que mais pessoas aprendam e debatam sobre o assunto

em questão. Precisam saber que milícias populares, da região, dos seus próprios bairros, que podem ser eleitas para desempenhar uma função de ronda ostensiva por exemplo. Logo, debates como este, que são de grande importância para a organização popular e para um Partido revolucionario são mais do que necessários atualmente. Só no ano de 2022, segundo o órgão de mídia burguesa Folha de São Paulo em matéria publicada no dia 25 de maio de 2022, cita que de janeiro a abril (período de 4 meses apenas) foram registradas 16 chacinas com 85 mortes no Estado do Rio de Janeiro, e que de 2007 até 2021, no mesmo Estado, havia sido registrado 593 chacinas policiais, ou seja operações com 3 ou mais vítimas letais), totalizando 2.374 civis mortos, em comparação aos 19 policiais mortos, decorrentes das mesmas chacinas, um massacre. Vale ressaltar a ação conjunta da Polícia Federal, Polícia Rodoviária e o BOPE do Estado do Rio de Janeiro, que em maio desse ano de 2022, que resultou em 25 pessoas mortas nas favelas da Vila Cruzeiro e da Chatuba, e que ficou em segundo lugar como chacina mais letal do Rio de Janeiro, sendo a primeira sido realizada ainda no início do mês de maio, com o massacre do Jacarezinho, que havia resultado em 28 pessoas mortas, na maioria negros, como sempre. A mesma matéria ainda tenta passar pano para o STF, tendo vindo desta instituição tão macabra quanto a polícia, a ordem que restringe operações policiais em

favelas, algo que não deu e não costuma dar certo, pois a polícia não pode ser parada com um simples ato de “canetada” como propuseram os vampiros do Supremo, levantando ainda mais a cabeça dos setores e quadros bolsonaristas dentro das policias, mesmo que alguns meses se passem sem que ações sejam feitas, como indica a matéria. O Brasil não se restringe apenas ao Rio, logo tal decisão do Supremo e seus juízes, que em 2020 havia colocado panos quentes nessa situação naquele Estado, em nada ajudou dentro de outros Estados e a população pobre e negra destes, que continuaram, seja no campo sejam nas periferias sendo assassinados e presos. Precisamos, tal como o companheiro Adriano e o nosso coletivo de negros, atuar conjuntamente com a população, e com o claro objetivo de acabarmos com a polícia que nos persegue, mata e nos prende cada vez mais (aumentando cada vez mais “as sucursais do inferno na Terra”, que são as prisões) deixando de lado as ilusões da esquerda parlamentar e liberal, tal como a pauta da simples desmilitarização da PM, que a transformaria em policia civil, sendo que o essencial seja, nesse exato momento, não apenas isso, mas a mudança do caráter de classe dessa instituição...logo, o correto é sem dúvidas a luta pela extinção desses organismos e as organizações populares em milicias urbanas ou rurais que cuidem da segurança da própria classe a quem defendem, os trabalhadores e camponeses.